

O PERFIL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE DO RAMO DE SERVIÇO PÚBLICO

Bruna Lima Raupp
Acadêmica de Ciências Contábeis - UFSC
+55 (48) 3721-6622
bruraupp@yahoo.com.br

Sandro Vieira Soares
Acadêmico de Ciências Contábeis - UFSC
+55 (48) 3721-6622
sandrovieirasoares@hotmail.com

Elisete Dahmer Pfitscher
Doutorado em Engenharia de Produção – UFSC
+55 (48) 3721-6665
elisete@cse.ufsc.br

Eleonora Milano Falcão Vieira
Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC
+55 (48) 3721-6512
eleonora@cse.ufsc.br

João Paulo de Oliveira Nunes
Mestrando em Contabilidade – UFSC
+55 (48) 3721-6622
jpfloripa@yahoo.com.br

Bernadete Limongi
Pós-Doutorado na University of Essex
+55 (48) 3721-6662
coordenadoriacn@cse.ufsc.br

Maria Denize Henrique Casagrande
Doutorado em Engenharia de Produção - UFSC
+55 (48) 3721-6622
denize@cse.ufsc.br

ÁREA TEMÁTICA: Sector Público e Organizações Não Lucrativas

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho. Profissionais do setor público. Curso de Ciências Contábeis.

LÍNGUA PARA A EXPOSIÇÃO ORAL: Língua Portuguesa

O PERFIL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE DO RAMO DE SERVIÇO PÚBLICO

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar o mercado de trabalho para profissionais formados no curso de Ciências Contábeis que ingressaram no setor público, bem como identificar a instituição de ensino em que cursaram a graduação. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e sua abordagem é quantitativa e qualitativa. A pesquisa é desenvolvida abordando-se aspectos do curso de Ciências Contábeis que envolvem o ingresso e a permanência do profissional contábil no mercado de trabalho. Foi aplicado um questionário a contadores públicos municipais, que ingressaram no serviço público municipal através de concurso público, no ano de 2000. Concluiu-se que a maioria dos profissionais do setor público não possuía a intenção de ingressar nesse setor antes do início da graduação, e que a maioria desses profissionais realizou o curso em uma Instituição Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho. Profissionais do setor público. Curso de Ciências Contábeis.

JOB MARKET FOR ACCOUNTANTS WHO JOINED THE CIVIL SERVICE

ABSTRACT

The aim of the present research is to assess the job market for those accountants who joined the public civil service and to identify the institution where they graduated in Accounting Sciences. The research is descriptive with a qualitative and quantitative approach. A questionnaire was applied with public county accountants who entered the civil service in 2000. The conclusion is that the majority of the accountants who work in the civil service did not have the intention of following that career before the beginning of their course. Furthermore, it was realized that most of them graduated from public institutions.

KEY-WORDS: Job market. Civil servants. Accounting Sciences Course.

1 INTRODUÇÃO

O profissional graduado em um curso superior de Ciências Contábeis, segundo autores como Marion (2000), possui como horizonte de trabalho uma extensa lista de áreas para atuar. Essas opções se estendem por setores privados, públicos, com ou sem fins lucrativos, ensino, entre outros. Mas na economia emergente brasileira existe um setor que tem atraído a atenção por oferecer vantagens como estabilidade e salário acima da média, e este setor é o de serviços públicos.

O objetivo geral desta pesquisa foi definir e analisar o perfil do profissional da Contabilidade que entrou no ramo do serviço público e seu desempenho nesse ramo. Os objetivos específicos, criados a fim de se atingir o objetivo geral, foram: definir o perfil do profissional, sua vida antes e durante a graduação, a vivência profissional e o início da carreira no serviço público.

A justificativa para este trabalho é a inexistência ou escassez de pesquisas que objetivam definir o perfil do profissional com formação em Contabilidade que entra no setor público. Esta pesquisa vem, portanto, colaborar para cobrir essa falta de informação.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, sendo que, conforme Gil (2002, p.45), esse tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. E, ainda conforme Acevedo e Nohara (2007, p.46 e 47), “cabe ressaltar que a pesquisa descritiva não objetiva explicar o fenômeno investigado. Ela visa apenas descrevê-lo”.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa enquadra-se como quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa é caracterizada por mensurar informações sobre determinados objetos de estudo traduzindo essas informações para dados numéricos, enquanto que a pesquisa qualitativa trata de traduzir outras características do mesmo objeto de estudo em informações descritivas.

A trajetória metodológica da pesquisa iniciou pela escolha da amostra a ser estudada, dentro do universo que seria o setor de serviço público brasileiro. Essa amostra foi composta pelos contadores que foram aprovados e contratados no concurso público municipal realizado no ano de 2000 na cidade de Florianópolis.

Em seguida foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas aos 11 contadores que compuseram a amostra., sendo que foram recebidos de volta 09 questionários respondidos, ou seja, a amostra foi de 81,81%. Por último, foi feita a análise dos dados obtidos e feitas as inferências possíveis.

As limitações deste trabalho foram: o número de pessoas que compuseram a amostra, a escolha do concurso público, e a visão dos autores sobre as referências inferidas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Contabilidade é considerada uma Ciência Social Aplicada que tem como objeto o patrimônio possuindo vários usuários, e busca gerar informações sobre os eventos ocorridos nas entidades para os mesmos. Com isso, segue uma breve base teórica para a sequência da pesquisa.

3.1 A Contabilidade como ciência social

De acordo com Fachin (2005, p. 15), “a ciência é constituída pela observação dos fatos. Por meio da análise e experimentação, extraem-se resultados que passam a ser validados universalmente” e, ainda segundo o autor, a “classificação das diversas ciências é importante porque é uma preocupação que, ao longo do tempo, tem se tornado uma problemática intelectual do ser humano”. Sá (2007, p. 18) reforça dizendo que “a ciência foi-se construindo em avanços sucessivos, de forma nem sempre definida, mas com uma constância de interesse de encontrar-se a verdade”.

Para Fachin (2005), a divisão das ciências surgiu em consequência da dificuldade encontrada pelos cientistas em seu domínio. No entanto, a partir de sua classificação, a compreensão individual de cada uma foi facilitada, possibilitando, assim, uma abrangência maior do conhecimento do conjunto científico em seus aspectos gerais e universais. Com o passar dos anos, foram criadas várias divisões para satisfazer às exigências da ciência. Todavia, neste estudo

é abordada a classificação adotada por Lakatos e Marconi (1991), que para Beuren (2006, p. 27) “é considerada uma das mais atuais”. Essa divisão é feita em dois grandes grupos, de acordo com o seu conteúdo: ciências formais e ciências factuais.

Lakatos e Marconi (1991) subdividem as ciências factuais em dois grupos: naturais e sociais. Pertencem às ciências naturais a Física, a Química, a Biologia e outras. Fazem parte das ciências sociais a Antropologia cultural, o Direito, a Economia, a Política, a Psicologia social e a Sociologia. Costa (2006, p. 23) conceitua as ciências naturais como sendo as ciências que “estudam a natureza e os seres vivos, suas leis e interações com o ambiente [...]”, e as sociais como sendo as que “estudam o homem como ser inteligente, livre e social, como também suas relações com o meio, sua vida moral e postura ética”.

Nesse contexto, a Contabilidade seria classificada como ciência factual e social, mesmo que não exista, de acordo com Sá (2002, p. 41), “uniformidade entre os pensadores no que tange à classificação dos ramos científicos nem entre os intelectuais da ciência contábil quanto à sistematização da contabilidade nos diversos grupos que se estabeleceram, visando a classificação”.

Santos (2006, p. 26) traduz a natureza social da Contabilidade “na preocupação pela compreensão da maneira com que os indivíduos ligados à área contábil criam, modificam e interpretam os fenômenos contábeis, sobre os quais informam seus usuários; representa a realidade que deve ser observada por esse ramo do conhecimento humano [...]”.

Sá (2002, p. 42) enfatiza que “o homem, o homem em sociedade, o patrimônio do homem a serviço dele, o patrimônio do homem a serviço da sociedade parecem ser fortes conexões que alimentam uma justa classificação dos estudos contábeis no campo social”.

3.2 A história da Contabilidade no Brasil

Pode-se dizer que a Contabilidade no Brasil surgiu desde a época de sua colonização. Segundo Coelho (2000, *apud* COSTA, 2005, p.29),

A presença de profissionais de contabilidade já se fazia notar no Brasil desde o início de sua colonização. Já em 1549 ocorreu a primeira nomeação feita por D. João III para contador geral e guarda-livros. Contudo, somente em 1770, quando Dom José, rei de Portugal, expede Carta de Lei a todos os domínios lusitanos (incluindo o Brasil), é que surge a primeira regulamentação da profissão contábil no país. Nela, fica estabelecida a necessidade de matrícula de todos os guarda-livros na Junta do Comércio, em livros específicos, ficando claro que a não inclusão do profissional no referido livro o tornaria inapto a obter empregos públicos, impedindo-o também de realizar escriturações, contas ou laudos.

Nota-se, então, que desde aquela época existia a preocupação com a regulamentação do profissional contábil, bem como a exigência de uma qualificação.

A Contabilidade brasileira cresceu influenciada pelas principais correntes mundiais. O Brasil, no início do séc. XX, possuía a Escola Européia de Contabilidade como referência. Já em 1902 surge a primeira escola especializada no ensino de Contabilidade no Brasil, na forma de escola de comércio: a Escola de Comércio Álvares Penteado, como “Escola Prática de Comércio”.

Em 1945, o Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro, criou o curso de Ciências Contábeis e Atuarias, com duração de quatro anos, conferindo aos formandos o grau de Bacharel e o título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuarias àqueles que, com no mínimo dois anos de graduado, defendessem sua tese original. Em função de definir e ordenar a categoria, em 20 de novembro

do mesmo ano surgiu o Decreto-Lei nº 8.191, que estabeleceu que as categorias de guarda-livros, atuários, contadores, peritos contadores e bacharéis fossem agrupadas da seguinte maneira: *técnico em contabilidade*, para aqueles com formação de nível médio, sendo esse título conferido ao aluno que cumprisse as exigências do curso profissionalizante ou de igual valor, e *contador* para as pessoas com formação de nível superior.

Em seguida, 27 de maio de 1946, o Decreto nº 9.295 criou o Conselho Federal de Contabilidade, determinou a criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade e também regulamentou a profissão dos contabilistas e a estrutura de fiscalização do curso de Contabilidade. No mesmo ano foi fundada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, onde foi instituído o curso de Ciências Contábeis e Atuárias, que passou a possuir um centro nacional de pesquisas. Este, conforme Iudícibus (1981, p. 37, *apud* COSTA, 2006, p.32), era “[...] nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor”.

Para Costa (2006, p.32), “a partir dessa mudança, não somente na forma da pesquisa, como também na orientação didática do ensino da contabilidade, a influência das escolas de pensamento italianas e de seus autores, foram sendo substituídas pelos autores norte-americanos”.

O autor Silva (2004) descreve que somente em 1951 a Lei nº 1.401 desmembrou os cursos de Ciências Contábeis e Atuárias, criando de maneira independente o curso de Ciências Contábeis. Isso possibilitou aos formandos receberem o título de Bacharel em Contabilidade. Mesmo com a criação dessa lei, o curso de Atuárias não foi extinto, tornando-se apenas facultativo. A Universidade de São Paulo manteve o curso de Ciências Contábeis e Atuárias até 1960 e só o extinguiu após o Decreto Estadual nº 36.361, de 08 de março do mesmo ano.

No ano de 1992, a Resolução 03/92 do extinto Conselho Federal de Educação fixou os conteúdos mínimos, a duração dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e as normas para elaborar os currículos para todas as instituições de ensino superior (SILVA, 2004).

Através do edital número 04/97, no ano de 1997 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu as diretrizes curriculares dos cursos superiores. Os conteúdos obrigatórios de formação básica devem compreender 50% do total da carga horária destinada ao curso e os outros 50% serão complementados por conteúdos optativos.

Por fim, a Contabilidade foi evoluindo, reconhecendo a necessidade de normas, acompanhando os avanços do contexto sócio-econômico e financeiro das empresas para chegar até a dinâmica atual de controle. Foi conquistando o seu espaço no mercado profissional, no qual o contador deixa de ser um simples “guarda-livros” e passa a ser um profissional essencial para o fornecimento de informações relevantes à diretoria das empresas na tomada de decisões.

3.3 A influência da universidade na formação de um profissional

Com a intensa competitividade no mercado de trabalho, as instituições de ensino superior têm enfrentado o desafio de formar profissionais adequados à realidade desse novo modelo de mercado. Assim, o planejamento da vida profissional se torna um fator fundamental para a sua sobrevivência nesse mercado.

Nesse contexto surgem as universidades, que se tornam pilares da formação do profissional através de um currículo bem planejado e de disciplinas voltadas à realidade do mercado. Utilizando metodologias de ensino mais diversificadas e eficazes, as universidades têm o intuito de garantir o ingresso e, principalmente, a permanência do profissional em um mercado altamente competitivo para que, dessa maneira, esses profissionais possam encontrar a devida

valorização por parte dos usuários da informação contábil. De acordo com Marion (2001, p.14), “a educação para os futuros contadores deveria produzir profissionais que tivessem amplo conjunto de habilidades e conhecimentos”.

Segundo Abrantes (1998, p. 7, *apud* SOUZA, 2001, p. 229),

O contabilista é um profissional altamente confiável, sendo solicitado para aconselhamento em ampla gama de assuntos. No entanto, para ser bem-sucedido e estar preparado para o desafio do futuro, além de conhecimentos técnicos essenciais, precisa desenvolver habilidades relativas à comunicação, relações humanas e administração, criando, desse modo, um equilíbrio adequado entre a informação teórica e a experiência prática. Seu treinamento deve basear-se em duas vertentes: educação inicial e educação continuada.

As mudanças que aconteceram na economia em todo o mundo mostraram a urgência de mudança na educação e no treinamento de contadores. No passado, o ensino estava voltado, basicamente, para princípios, normas, conceitos e fatos contábeis já registrados. A partir dos anos 80, devido às constantes transformações do mercado de trabalho, passou a existir uma preocupação maior com a preparação do profissional contábil, com ênfase em uma metodologia que permitisse ao estudante procurar estar sempre atualizado, adquirindo novas qualificações e capacitações gerenciais.

3.4 O mercado de trabalho

Nos últimos anos, devido à globalização, muitas são as transformações que ocorrem no cenário econômico e financeiro. Como conseqüência, cresce cada vez mais a concorrência nesse cenário, no mercado profissional e com os indivíduos que nele estão inseridos. Diante disso, as empresas e as pessoas são obrigadas a acompanhar os avanços que ocorrem no mundo atual, principalmente o avanço tecnológico, para se manterem competitivas. A Contabilidade, por estar relacionada à humanidade e como ciência que responde pelas informações para a gestão empresarial, não está imune a tais influências. Cabe ressaltar que a evolução da tecnologia ampliou as possibilidades do uso da Contabilidade como instrumento de controle e gestão.

Segundo Franco (1999, p.23),

A globalização da economia e das relações internacionais determinará, indubitavelmente, o progresso ou o retrocesso das nações no século XXI, influenciando não somente na economia, mas também na própria cultura dos povos. Vencerão o desafio da competição internacional aqueles que estiverem mais preparados para enfrentá-lo, isto é, aqueles com melhor formação cultural e técnica.

Por isso, está cada vez maior a busca por um profissional que se adapte às constantes mudanças e que esteja sempre preparado para identificar e corrigir as dificuldades e adversidades que surgem dentro do mercado profissional. Não basta apenas possuir um curso superior de Ciências Contábeis e ser um “apurador de dados”; o contabilista de hoje necessita traduzir as informações contábeis da organização, deve dominar outro idioma, buscar sempre novos conhecimentos, novas informações, além de ter grande visão de negócios, com o compromisso técnico e a ética necessários aos negócios da empresa, ou seja, participar ativamente da sua administração.

Para Montaldo (1995, p. 32 *apud* MARION, 2007, p.33), o contador

[...] deve desempenhar aqui um papel importante nas negociações inter-regionais, assessorando, pesquisando, trazendo informações e elementos que assegurem o fluxo de informações contínuo, que leva a empresa à tomada de decisão racional, devendo oferecer um serviço socialmente útil e profissionalmente eficiente, que não seja apenas fruto da experiência e da formação universitária recebida, mas também de seu compromisso de

incrementar e renovar constantemente o caudal de seus conhecimentos em prol da unidade regional.

Iudícibus (1987, p.40) apresenta como excelentes as perspectivas da Contabilidade e da Profissão Contábil no Brasil. Acrescenta circunstâncias para se obter um progresso constante, duradouro e equilibrado, como o aprofundamento nas pesquisas sobre princípios contábeis. Os técnicos de Contabilidade devem buscar formação superior em bons cursos de Ciências Contábeis e as instituições de pesquisas devem esforçar-se em prol de pesquisas que visem treinar e atualizar os docentes.

O curso de Ciências Contábeis prepara o profissional para atuar em diferentes áreas. E como toda empresa ou organização necessita dos serviços do contabilista, essa é uma das profissões cujo mercado de trabalho tem estado em expansão nos últimos anos. Iudícibus e Marion (2000, p.44) citam várias alternativas de colocação no mercado de trabalho, como demonstra o Quadro 1.

CONTADOR	É o profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior em ensino contábil (Bacharel em Ciências Contábeis).
AUDITOR	Auditoria é o exame, a verificação da exatidão dos procedimentos contábeis.
ANALISTA FINANCEIRO	Analisa a situação econômico-financeira da empresa por meio de relatórios fornecidos pela Contabilidade.
PERITO CONTÁBIL	A perícia judicial é motivada por uma questão judicial, solicitada pela justiça. O contador fará uma verificação da exatidão dos registros contábeis e de outros aspectos.
PROFESSOR DE CONTABILIDADE	Exerce o magistério em Ensino Médio ou em faculdade (nesse caso, há necessidade de pós-graduação), não só na área contábil como também em cursos de Ciências Econômicas e de Administração.

Quadro 1 - Mercado de trabalho para o Contador

Fonte: adaptado de Marion (2000, p.44)

Conforme Iudícibus e Marion (2000, p.44), “a contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. O estudante que optou por um curso de Contabilidade terá inúmeras alternativas”.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O objeto de estudo desta pesquisa foram os aprovados e contratados no concurso público da cidade de Florianópolis realizado no ano de 2000. Do total de questionários enviados obteve-se 81,81% de respostas, ou seja, nove respostas dos onze enviados.

A análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários foi feita em quatro partes: ‘Elementos básicos de identificação’, ‘Elementos que antecederam a graduação’, ‘Vida acadêmica’ e ‘Início da carreira pública’.

4.1 Elementos básicos de identificação

Para fins desta pesquisa, as seguintes informações foram consideradas como elementos básicos de identificação dos entrevistados: gênero, idade, naturalidade, local de residência e estado civil. A distribuição por gênero é representada na Figura 1.

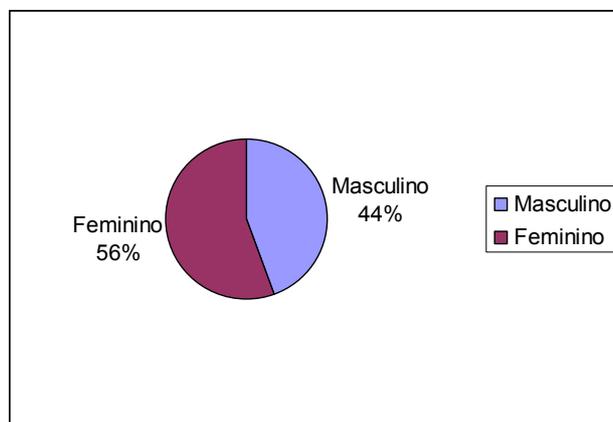


Figura 1 - Gênero dos entrevistados

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Conforme mostra a Figura 1, houve uma leve predominância do sexo feminino, que apareceu com 55,56% em relação à representação masculina, que foi de 44,44%, com quantidades absolutas de 5 e 4, respectivamente.

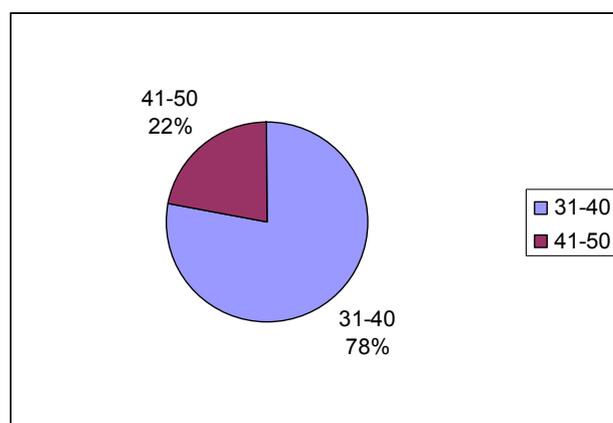


Figura 2 - Idade dos entrevistados

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A questão sobre a idade dos entrevistados identificou que 77,78% deles tinham entre 31 e 40 anos, e 22,22% dos funcionários estavam na faixa etária entre 41 e 50 anos. Também pode-se verificar que não havia entrevistados na casa dos 20 nem acima dos 50 anos de idade.

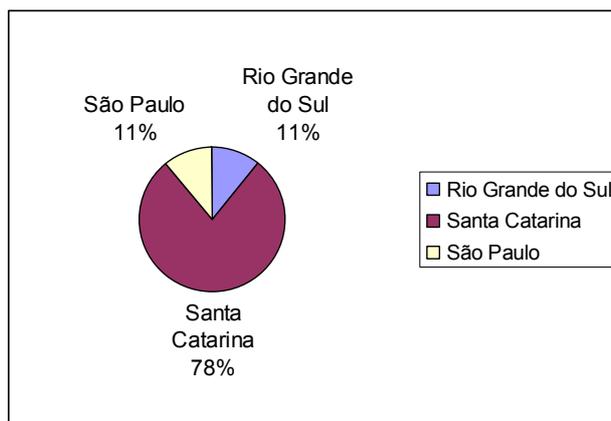


Figura 3 - Naturalidade/UF

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Figura 3 mostra que havia predominância de catarinenses entre os entrevistados, que atingiram um percentual de 77,78%, contra 11,11% tanto para a representação do Rio Grande do Sul quanto a do Estado de São Paulo.

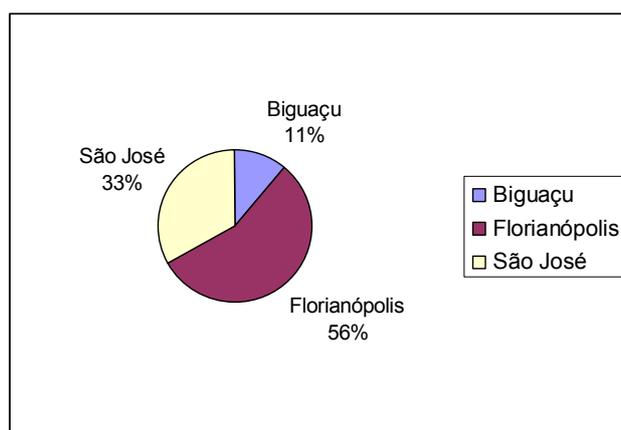


Figura 4 - Cidade em que residiam

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Verifica-se aqui que havia predominância de habitantes da cidade de Florianópolis, com 55,56%. Os outros indivíduos responderam que residiam em São José e Biguaçu, constituindo 33,33% e 11,11% das respostas, respectivamente.

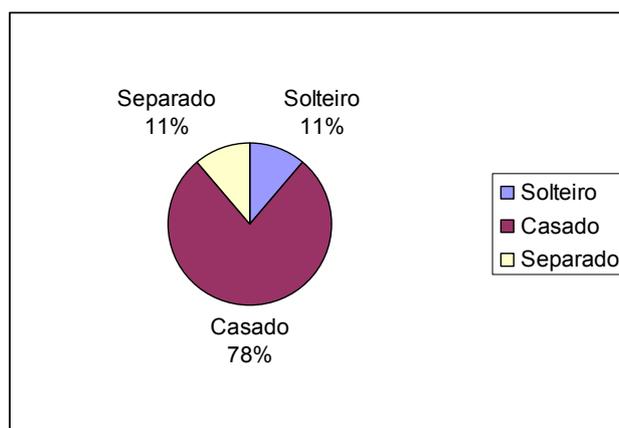


Figura 5 - Estado civil

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Figura 5 mostra que, à época da aplicação dos questionários, a maioria dos entrevistados se encontrava casada (77,78%), um indivíduo se encontrava solteiro (11,11%), e outro se encontrava separado (11,11%). Ninguém se declarou 'viúvo', 'divorciado' ou 'outros', que eram as alternativas que o questionário também apresentava.

4.2 Elementos que antecederam a graduação

Foram considerados elementos que antecederam a graduação o tipo de instituição e formação no Ensino Médio, o meio de ingresso no curso, o motivo de opção pelo curso e pela instituição de ensino e, ainda, a atividade profissional que exercia antes do ingresso no curso, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Instituição em que os entrevistados cursaram o Ensino Médio

Instituição	Nº de respostas	%
Pública	6	66,67
Privada	2	22,22
Ambas	1	11,11
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Pode-se verificar que a maioria dos entrevistados, 66,67%, concluiu o Ensino Médio em instituições públicas, enquanto 22,22% o concluíram em instituições privadas e 11,11% dos entrevistados cursaram o Ensino Médio nos dois tipos de instituição.

Tabela 2: Ensino Médio dos entrevistados

Formação	Nº de respostas	%
Técnico	4	44,44
Normal (Científico)	3	33,33
Supletivo	0	0
Outros	2	22,23
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Como demonstra a Tabela 2, a maioria dos entrevistados, 44,44%, cursou o Ensino Médio com formação técnica, enquanto que 33,33% tiveram formação normal e 22,23% responderam ‘Outros’.

Quanto à questão sobre o meio de ingresso na graduação, 100% deles responderam que ingressaram nas Instituições de Ensino Superior por meio do vestibular, segundo Raupp (2008). Nenhum dos entrevistados assinalou as respostas ‘Retorno’, ‘Transferência Interna’, ‘Transferência Externa’ e ‘Outros’, que eram outras alternativas de respostas.

Tabela 3: Motivo de escolha do curso

Motivo	Nº de respostas	%
Mercado de trabalho amplo	6	50,00
Vocação profissional	3	25,01
Baixo índice candidato-vaga	1	8,33
Para possuir diploma superior	1	8,33
Outros	1	8,33
Total	12	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Conforme a Tabela 3, os motivos apontados pelos entrevistados para a escolha do curso foram ‘Mercado de trabalho amplo’ (50%) e ‘Vocação profissional’ (25,01%), seguidos por ‘Baixo índice candidato-vaga’, ‘Para possuir diploma superior’ e ‘Outros’ (8,33% cada um). Vale lembrar aqui que a diferença entre o número de questionários respondidos (nove) e o número de respostas (doze) se deve ao fato de que alguns dos entrevistados assinalaram mais de uma resposta.

Tabela 4: Motivo de escolha da instituição de ensino

Motivo	Nº de respostas	%
Indicação de amigos	1	11,11
Localidade	1	11,11
Outros	7	77,78
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Os motivos de escolha da instituição de ensino apontados pelos entrevistados foram pouco esclarecedores, tendo em vista que a maioria (77,78%) apontou a opção ‘Outros’ como resposta, enquanto que as opções ‘Indicação de amigos’ e ‘Localidade’ foram apontadas por 11,11%, cada uma. As opções ‘Conceito do MEC’ e ‘Bolsa’, que eram opções de respostas, não foram apontadas por ninguém. A questão ‘Exercício de atividade profissional antes do curso’ visou esclarecer se o entrevistado trabalhava ou não antes de iniciar o curso e, se a resposta fosse ‘sim’, se a instituição em que o entrevistado trabalhava era pública ou privada.

Tabela 5: Exercício de atividade profissional antes do curso

Exercício de atividade	Nº de respostas	%
Sim, órgão público	0	0
Sim, empresa privada	7	77,78

Não	2	22,22
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Os resultados obtidos nessa questão foram: 77,78% dos entrevistados trabalhavam em empresa privada antes de ingressar no curso superior; 22,22% não trabalhavam. Nenhum dos entrevistados trabalhava em ‘órgão público’.

Tabela 6: Intenção de se tornar funcionário público antes de ingressar na graduação

Intenção	Nº de respostas	%
Sim	2	22,22
Não	7	77,78
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 6 mostra que 77,78% dos entrevistados não tinham interesse de ingressar no funcionalismo público antes da graduação, e que apenas 2 indivíduos possuíam tal intenção.

4.3 Vida acadêmica

A seção sobre a vida acadêmica dos entrevistados é composta por questões como: ‘Instituição de ensino em que realizou o curso de graduação’; ‘Instituição pública ou privada’; ‘Realização de cursos de aperfeiçoamento profissional durante a graduação’; ‘Exercício de atividade remunerada ao longo da graduação’ e ‘Área’; ‘Fontes de informação extra-sala de aula’; ‘Pontos que podem ser melhorados na estrutura universitária’; ‘Nível de satisfação’ e ‘Pontos que podem ser melhorados no curso de graduação’; ‘Conceito sobre o curso concluído’ e ‘Conceito sobre a Instituição de Ensino’.

Tabela 7: Instituição de ensino superior em que os entrevistados se formaram

Instituição	Nº de respostas	%
Pública	6	66,67
Privada	3	33,33
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Pode-se verificar na Tabela 7 que a maioria dos entrevistados, 66,67%, graduou-se em instituição pública enquanto que o restante, 33,33%, se graduou em instituição privada. O questionário ainda pedia que fosse especificada em que instituição os entrevistados se formaram e a resposta foi que seis deles estudaram na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, dois na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e um se formou na Faculdade Católica de Administração e Economia – FAE.

Tabela 8: Realização de curso de aperfeiçoamento profissional durante o curso de graduação

Realização	Nº de respostas	%
Sim	5	55,56
Não	3	33,33
Não respondeu	1	11,11
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 8 mostra que a maioria dos entrevistados, 55,56%, realizou algum curso de aperfeiçoamento profissional durante a graduação, enquanto que 33,33% responderam que não realizaram e 11,11% não responderam à questão.

Do mesmo modo que os entrevistados foram questionados sobre o exercício de atividade remunerada antes da graduação, também o foram sobre o exercício de atividade remunerada durante a graduação e, caso positivo, se foi na área de Contabilidade ou não.

Tabela 9: Exercício de atividade profissional durante o curso

Exercício de atividade	Nº de respostas	%
Sim, empresa privada	8	88,89
Sim, órgão público	1	11,11
Não	0	0
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 9 mostra que durante a graduação todos os entrevistados exerciam atividade profissional, sendo que 88,89% deles em empresa privada e 11,11%, em órgão público.

Quando questionados se a atividade exercida era na área de Contabilidade, 33,33% afirmaram que ‘Sim’, e ‘66,67’ responderam que ‘Não’. Outra informação solicitada era se o indivíduo que trabalhava em órgão público estava entre aqueles que não trabalhavam na área de Contabilidade.

Tabela 10: Fontes de conhecimento extra-classe

Fontes	Nº de respostas	%
Biblioteca	9	52,94
Professores	4	23,54
<i>Internet</i>	2	11,76
Profissionais da área	2	11,76
Outros	0	0
Total	17	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 10 mostra que a fonte de informação mais utilizada durante a graduação dos entrevistados foi a ‘Biblioteca’, com 52,94%, seguida pelos ‘Professores’, com 23,54%, e pela

‘Internet’ e ‘Profissionais da área’, com 11,76% cada. Vale lembrar aqui que os entrevistados assinalaram mais de uma alternativa.

Tabela 11: Aspectos da estrutura universitária que poderiam ser melhorados

Aspectos	Nº de respostas	%
Capacitação dos professores	5	35,72
Laboratórios	4	28,57
Bibliotecas	3	21,43
Departamentos, secretarias	2	14,28
Total	14	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Os aspectos da estrutura universitária que poderiam ser melhorados, segundo os entrevistados, foram a ‘Capacitação dos professores’, com 35,72%, os ‘Laboratórios’, com 28,57%, as ‘Bibliotecas’, com 21,43%, e os ‘Departamentos, secretarias’, com 14,28%. Havia outras duas alternativas que eram ‘Restaurantes’ e ‘Atendimento aos estudantes’, mas estas não foram apontadas por ninguém. Ressalta-se também que os entrevistados escolheram mais de uma alternativa.

Tabela 12: Grau de satisfação com a grade curricular de ensino

Grau de satisfação	Nº de respostas	%
Totalmente satisfeito	1	11,11
Razoavelmente satisfeito	6	66,67
Pouco satisfeito	2	22,22
Completamente insatisfeito	0	0
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Conforme mostra a Tabela 12, verifica-se que a maioria dos entrevistados, 66,67%, afirmou estar razoavelmente satisfeita com o currículo do curso. ‘Pouco satisfeito’ e ‘Totalmente satisfeito’ foram outras opções escolhidas por 22,22% e 11,11%, respectivamente.

Tabela 13: Mudanças necessárias no currículo do curso

Mudanças	Nº de respostas	%
Aumento das disciplinas teóricas	1	10,00
Aumento das disciplinas práticas	7	70,00
Outros	2	20,00
Não são necessárias mudanças	0	0
Total	10	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 13 mostra que há uma grande crítica por parte dos entrevistados sobre a falta de disciplinas práticas, sendo que essa opção obteve adesão de 70%. ‘Aumento das disciplinas teóricas’ e ‘Outros’ representaram 10% e 20%, respectivamente. Não houve quem dissesse que não há mudanças a serem feitas. Esta questão permitia a escolha de mais de uma alternativa.

Tabela 14: Conceito sobre o curso concluído

Conceito	Nº de respostas	%
Excelente	1	11,11
Bom	4	44,45
Satisfatório	2	22,22
Regular	2	22,22
Deficiente	0	0
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

Conforme mostra a Tabela 14, o conceito dos entrevistados sobre o curso que concluíram foi ‘Excelente’ e ‘Bom’, com 55,56%. Vale ressaltar que nenhum entrevistado considerou o curso ‘Deficiente’.

Tabela 15: Conceito sobre a instituição de ensino

Conceito	Nº de respostas	%
Excelente	1	11,11
Boa	0	0
Satisfatória	4	44,45
Regular	2	22,22
Deficiente	2	22,22
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 15 mostra o conceito dos entrevistados sobre a instituição de ensino na qual cursaram a graduação. A análise mostra que 44,45% deles consideraram a instituição satisfatória, 22,22% a consideraram regular e outros 22,22% a consideraram deficiente, e 11,11% consideraram a instituição excelente.

4.4 Início da carreira pública

Foram considerados elementos pertinentes ao início da carreira pública: ‘Realização de cursos para o ingresso no setor público’, ‘Exigência do registro no CRC pelo concurso público’, ‘Exigência de pós-graduação’, ‘Pretensão de permanecer no setor público’, ‘Remuneração recebida’, ‘Necessidade de curso de aperfeiçoamento’, ‘Realização de curso de pós-graduação’, ‘Dificuldade para ingresso no setor público’, ‘Disciplinas da graduação consideradas desnecessárias ou ultrapassadas’ e ‘Mudança no curso de graduação’.

Tabela 16: Realização de cursos para ingresso no setor público

Realização	Nº de respostas	%
Sim	2	22,22
Não	7	77,78
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 16 mostra que a maioria dos respondentes, 77,78%, não realizou nenhum curso específico para ingresso no setor público.

Quanto à 'Exigência do registro no CRC pelo concurso público', 88,89% responderam que 'Sim', enquanto 11,11% não responderam à questão. O ponto relevante que se verifica aqui é que o registro no CRC era uma das exigências do edital do concurso.

Quanto à 'Exigência de pós-graduação', 100% dos entrevistados responderam que 'Não', portanto o referido concurso não exigia pós-graduação.

Quanto à 'Pretensão de permanecer no setor público', 100% dos entrevistados manifestaram interesse em permanecer, sendo que ninguém optou pelas alternativas 'No máximo mais dois anos', 'Por mais 3 anos' e 'Por mais 5 anos'.

Tabela 17: Remuneração recebida

Remuneração	Nº de respostas	%
Excelente	0	0
Ótima	0	0
Boa	4	44,45
Razoável	2	22,22
Ruim	3	33,33
Péssima	0	0
Total	9	100

Fonte: adaptado de Raupp (2008)

A Tabela 17, que trata da avaliação da remuneração recebida pelos entrevistados, mostra que 44,45% acreditam ter uma 'Boa' remuneração, e que 22,22% e 33,33% acreditam receber uma remuneração 'Razoável' e 'Ruim', respectivamente. No entanto, vale lembrar que nenhum entrevistado tem a intenção de deixar o setor público.

Quanto à 'Necessidade de curso de aperfeiçoamento', 100% dos entrevistados responderam que tiveram de fazer curso de aperfeiçoamento e apontaram também que entre os cursos feitos predominaram os de 'Licitação' e 'Específicos da área pública'.

Quanto à 'Realização de curso de pós-graduação', 44,45% responderam que 'Sim, especialização', contra 55,55% que responderam 'Não'. Ninguém respondeu 'Sim, mestrado', 'Sim, doutorado' ou 'Sim, outro'.

Quanto à 'Dificuldade para ingresso no setor público', verificou-se o predomínio das dificuldades relacionadas ao conhecimento em Contabilidade Pública e na classificação das provas eliminatórias, cada dificuldade representando 33,33%.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Para que esta análise fosse realizada foram enviados questionários para os onze indivíduos que a Prefeitura Municipal de Florianópolis contratou, através de concurso público, no ano de 2000.

Destes onze questionários enviados, nove foram respondidos, de modo que o percentual de respostas foi de 81,81%.

A amostra foi analisada sob quatro aspectos distintos: 'Elementos básicos de identificação', 'Elementos que antecederam a graduação', 'Vida acadêmica' e 'Início da carreira pública'.

Os dados obtidos mostraram uma leve predominância feminina, 55,55%, quanto ao gênero, e uma predominância de idade entre 31 e 40 anos (77,78%). Quanto à naturalidade por Unidade da Federação, houve predominância de catarinenses (77,78%), e quanto à cidade onde residem, 55,56% moram em Florianópolis e 33,33%, em São José. O estado civil predominante foi ‘Casado(a)’, com 77,78%.

Os ‘Elementos que antecederam a graduação’ apontaram que 66,67% dos entrevistados cursaram o Ensino Médio em instituições públicas, sendo que 44,44% cursaram o Técnico e 33,33%, o Normal.

A totalidade (100%) dos entrevistados entrou na graduação por meio de vestibular. O mercado de trabalho amplo e a vocação profissional foram os principais motivos alegados para a escolha do curso. Quanto ao exercício da atividade profissional antes da graduação, 77,78% responderam que não tinham intenção de ingressar no serviço público.

Dos entrevistados, 66,67% cursaram a graduação em instituição pública e 55,56% fizeram curso de aperfeiçoamento profissional durante a graduação. O percentual de entrevistados que exerceu atividade profissional durante a graduação foi de 88,89%. Outro dado significativo foi que sete, dentre os nove entrevistados, sugeriram que fosse aumentado o número de disciplinas práticas no curso de graduação.

Os questionários apontaram que 77,78% dos entrevistados não realizaram nenhum curso específico para entrar no serviço público, e que 44,45% consideram a remuneração recebida ‘Boa’, contra 22,22% que a consideram ‘Razoável’ e 33,33% que a consideram ‘Ruim’.

Como sugestão para trabalhos futuros fica a indicação de realizar a pesquisa em outros órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal, assim como aplicar a pesquisa a egressos de outros cursos, como Administração, Economia e Direito.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Cláudio Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RAUPP, Bruna Lima. **Mercado de trabalho para profissionais formados no curso de Ciências Contábeis que ingressaram no setor público**. 2008. 120f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA *et al.* **O ensino da Contabilidade** in III Ciclo de Estudos do Curso de Ciências Contábeis. Ivaporã - PR: Anais Conselho Editorial, 2001.